

Eixo Temático 11. Problemas socioambientais urbanos e rurais

AS RAZÕES DA PESCA COM EXPLOSIVOS NO MAR DO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO EM SALVADOR (BA)

Ivana Gil Silva, Geógrafa pela Universidade Federal da Bahia – ivanagil@gmail.com
Dária Ma. Cardoso Nascimento, Geógrafa, professora, Dra. do Departamento de Geografia, Universidade Federal da Bahia – daria@ufba.br

O mar do Subúrbio Ferroviário de Salvador (BA) localizado entre os bairros de Itacaranha e Lobato, há muitos anos está sendo atingido pela pesca com bomba, provocando a destruição da biodiversidade marinha, danos à saúde humana e aos imóveis próximos à costa. Recentemente com a Lei 9605 de 2002, esta atividade passou a ter uma abordagem diferenciada, constituindo um problema de caráter criminal, mas, sobretudo, sócio-ambiental. É nesse espaço costeiro que foi desenvolvido esta pesquisa como trabalho de monografia de conclusão do bacharelado em Geografia. Teve por objetivo identificar as ocorrências de acidentes e as razões pelas quais levam os pescadores a utilizarem explosivos, já que existem outras técnicas de pesca menos destrutivas ao meio ambiente. As etapas de trabalho constituíram-se em: levantamento histórico por notícias de jornais entre os anos de 2000 e 2008 e de registros da polícia militar, aplicação de questionários, visitas a órgãos e entidades, entrevistas com os pescadores e relatório final. Dos 50 questionários aplicados na Colônia de Pesca Z2 (responsável pela área em estudo), apenas 10 foram preenchidos. Das questões relacionadas ao uso da bomba na pesca, todos os pesquisados negaram conhecer quem a utiliza, utilizaram ou sofreram acidentes por este tipo de artefato. Como conclusão, a pesquisa revelou ocorrências de prisões e óbitos e que a população de pescadores tem receio de falar sobre esta pesca ilegal, com temor da coibição dos “bombistas”, fato que dificultou o desenvolvimento da pesquisa, apesar do alcance significativo dos objetivos. Outras questões importantes foram identificadas como a fragilidade do controle e fiscalização dos pontos de vendas dos explosivos e ineficiência das políticas públicas de esclarecimentos sobre alternativas de sobrevivência com a pesca tradicional.

INTRODUÇÃO

As águas da Baía de Todos os Santos (BTS) há muitos anos vem sendo atingida pela prática da pesca com bomba e sendo as águas do Subúrbio Ferroviário em Salvador onde ocorre uma grande incidência dessa pesca.

Crimes e problemas ambientais, mutilações físicas ao corpo humano, danos ao patrimônio imobiliário e histórico, acontecem há décadas provocados pela pesca com bomba, criando uma esfera de desequilíbrio sócio-ambiental. O prejuízo à biodiversidade marinha pode ser irreversível, pois a bomba pode ter um tamanho pequeno, mas o dano que ela provoca é enorme (FREITAS, 2003).

A prática dessa atividade no Estado da Bahia é comprovada a partir das denúncias recebidas pela Capitania dos Portos e pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA) - o antigo Centro de Recursos Ambientais (CRA) - e mostradas ao público por meio dos noticiários da imprensa local. Entretanto, muitas denúncias deixam de ser realizadas devido às ameaças dos bombistas à população que sofre com os tremores das explosões.

A principal arma contra a pesca com bomba é a conscientização dos bombistas, que deixando os explosivos se tornariam verdadeiros pescadores de fato.

Desta maneira, este trabalho de pesquisa teve por objetivo identificar as ocorrências de acidentes e as razões pelas quais levam os pescadores a utilizarem explosivos, já que existem outras técnicas de pesca menos destrutivas ao meio ambiente.

A pesca com bomba é conceituada como ato ilícito no âmbito da legislação federal, estadual e municipal. Existem outras leis específicas que tratam esta questão. Quanto à legislação federal, o Decreto-Lei nº 211 de 28 de fevereiro de 1967, regulamenta a pesca e o capítulo IV, deste decreto refere-se às permissões, proibições e concessões; o artigo 35, alínea c, diz o seguinte: “é proibido pescar com dinamite e outros explosivos comuns ou com substâncias que, em contato com a água, possam agir de forma explosiva”; a pena segundo esta legislação pode ser de até três anos de reclusão. A Lei 7.679, de 23 de novembro de 1988, revoga os arts. 57º e 61º, do Código de Pesca, bem como o art. 27º, parágrafo 3º, do Código de Caça, referentes à pesca predatória; esta Lei reduz a penalidade para o referido crime de um a três anos de reclusão para o período de três meses a um ano de reclusão.

A busca das razões que levam os pescadores a utilizarem esta prática destrutiva já que existem outras técnicas de pescadao, são ressaltadas no presente trabalho. A importância da preservação do meio ambiente, através da conscientização da sociedade e de uma fiscalização eficiente da atividade ilegal, são pontos valorizados na busca do equilíbrio entre o homem e natureza.

A temática “pesca com bomba”, a qual o presente trabalho propõe-se estudar surgiu da vivência em uma comunidade onde esse ocorria tal fenômeno e também de se observar o impacto que a bomba provoca no meio ambiente marinho, interferindo também na vida humana.

A principal questão que motivou a pesquisa do tema, foi: Quais as razões que levam ao pescador a utilizar a bomba com técnica de pescaria, já que existem outras técnicas menos destrutivas? Esta pergunta, foi bastante importante na motivação da pesquisa, já que é sabido por todos que a bomba é algo destrutivo tanto para o meio ambiente quanto para a população que reside nas proximidades da Baía de Todos os Santos, no Subúrbio Ferroviário. Afetam principalmente as que vivem da pesca, os pescadores que participam diretamente de uma atividade de alto risco, com a perda da vida ou por sofrerem mutilações e as pessoas que vivem próximo ao mar e que sofre com os abalos das detonações.

Por ser um tema combativo (por ser ilegal) e ao mesmo tempo perigoso, apresenta-se uma grande dificuldade em obter informações. O fato de ser uma atividade ilegal, faz com que as pessoas se calem e sejam coniventes com a destruição do meio ambiente. O silêncio das pessoas aliado à falta de uma fiscalização eficiente das instituições governamentais, colabora com o desequilíbrio ambiental marinho.

Sendo assim, justifica-se que esta pesquisa uma vez que resalta as conseqüências do meio físico e meio antrópico, bem como as pessoas e patrimônio público e privado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA CONCEITUAL

A espécie humana desde que surgiu a milhares de anos atrás, a partir da sua interação como o meio físico, utiliza a pesca como meio de extração de alimento para sua sobrevivência. A principal terminologia citada no presente trabalho, *pesca*, significa segundo o AMBIENTE BRASIL (2008), o “ato tendente a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida podendo efetuar-se com fins, desportivos ou científicos (Decreto-Lei 221/67)”. Se por ventura, tal atividade utilizar elementos impróprios inadequados para a sua realização, além da sua efetivação em períodos ou lugares proibidos pelos órgãos competentes – é caracterizada como *pesca ilegal* ou *predatória* (Lei, 9.605, de 2002).

A terminologia *bomba* ou *explosivo*, utilizada faz-se necessária ser apresentada, devido à existência de outros termos semelhantes. *Bomba* é “um artefato feito de forma artesanal e rudimentar, tem alto poder de destruição. A detonação pode matar de uma vez mais de 400kg de peixe” (QUEIROZ, 2001a). Assim, as bombas utilizadas na pesca são feitas pelos próprios bombistas utilizando geralmente pó de alumínio, carvão, enxofre, salitre além do composto explosivo, que na maioria das vezes é contrabandeado.

Pode-se considerar a pesca com bomba, como um relevante impacto ambiental ao meio, já este fenômeno acarreta prejuízos tanto o meio físico, quanto o meio biótico e também ao meio antrópico.

O tema proposto no presente trabalho foi abordado anteriormente por outros autores como Lima (2004); Oliveira (1996 e 2003); Queiroz (2001 e 2001a), que enfocaram principalmente os impactos ambientais que a pesca com bomba provoca; e Ramos (2006) que destacou os impactos da pesca ilegal tanto no meio antrópico quanto no meio físico. Existem diversos registros em imprensa escrita sobre o fenômeno, a primeira notícia foi registrada no ano de 1994.

Pode-se afirmar portanto, que a pesca com bomba é um evento observado há cerca de sete décadas na BTS, porém, este fora registrado há pouco tempo.

DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo abrange o espaço entre os bairros de Itacaranha e parte do bairro do Lobato, abrangendo os bairros de Plataforma e São João do Cabrito (Figura 01). A área estudada encontra-se entre as coordenadas geográficas 12°53'24.79" e 12°54'48.83" de latitude Sul e 38°28'56.14" e 38°29'18.76" de latitude Oeste de Greenwich.

Os critérios para a delimitação da área foram: área de abrangência da Colônia de Pescadores Z2, as localidades e praias do Subúrbio que possuíam mais registros de pesca com bomba e maior número de pescadores. Na Baía abrange uma distância de 50 km de praia.



Abrangência da Bomba
na Baía de Todos os Santos

Figura 01: Localização da Área de Estudo

Fonte: Base Cartográfica Digital do Município de Salvador, SEPLAM, 2008

Elaboração: Silva, 2008.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O Subúrbio Ferroviário, localizado na região noroeste do município de Salvador, margeia a BTS, com cerca de 26 km de extensão. Abrange cerca de 22 bairros onde moram 24,55% da população soteropolitana, ou seja, cerca de 600 mil habitantes, predominantemente pretos e pardos (FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS, 2007). Apresenta uma densidade populacional que varia entre 1.500 hab/km² a mais de 13.500 hab/km².

O Subúrbio teve sua ocupação impulsionada inicialmente pela implantação da linha férrea, em 1860, constituindo, a partir da década de 1940, a localização de muitos conjuntos habitacionais populares, como Mirantes e Colinas de Periperi, Vista Alegre, Fazenda Coutos, dentre outros; que foram ocupados nas décadas seguintes sem o devido controle urbanístico, com suas áreas livres também invadidas (FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS, 2007).

Em 1969 iniciou-se a construção da Avenida Afrânio Peixoto, chamada de “Avenida Suburbana”, macro-sistema viário, associado ao Centro Industrial de Aratu (CIA). A avenida foi uma outra opção para quem só tinha o trem para se locomover. Com uma maior comunicação do Subúrbio com o restante do município; ocorreu o crescimento dos aglomerados de Plataforma (Foto 01), Periperi, Coutos e Paripe. Com o crescimento industrial do município, o Subúrbio absorveu uma população de baixa renda, com uma oferta de infra-estrutura defasada em relação à demanda. Tal circunstância é devida à lógica de expansão da cidade, seguindo a necessidade da grande concentração industrial (FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS, 2007).

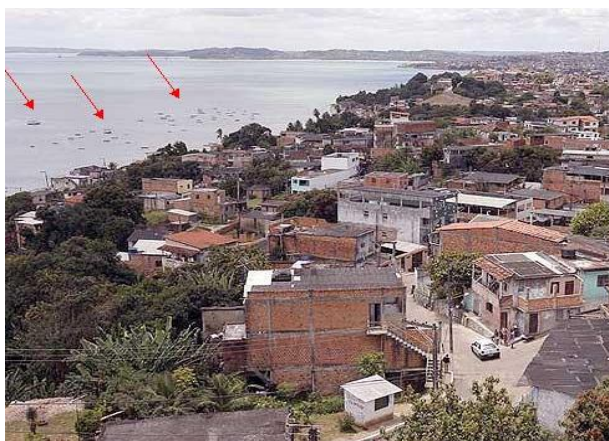


Foto 01: Vista do bairro de Plataforma, detalhe para os barcos na água da praia de Plataforma - Salvador.

Fonte: Silva (2008)

Após a construção da avenida Afrânio Peixoto houve um aumento significativo das ocupações informais, que se somando a total falta de atenção dos órgãos públicos competentes, fizeram com que este local da cidade fosse esquecido e deixando sua formação à espontaneidade das estratégias de sobrevivência do povo (FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS, 2007).

O Subúrbio Ferroviário de Salvador, concentra boa parte das comunidades populares da cidade que convive com a falta de emprego, abandono, violência urbana, moradia precária e pobreza. Paralelo a situação de abandono, o Subúrbio participa da história antiga da formação de Salvador, com praias e locais bastante bonitos e com a cultura popular retratada, por exemplo, nos diversos grupos de capoeira, samba, música, terreiros e casas de candomblé, a primeira igreja do Estado, e na simbologia natural do Parque de São Bartolomeu.

A área em estudo, localiza-se na Planície Costeira, de geologia recente. Assim como o município de Salvador, o clima predominante é o tropical úmido, favorecido pela maritimidade. A vegetação nativa é a Floresta Ombrófila Densa ou Mata Atlântica, em grande parte devastada, tendo o Parque Metropolitano São Bartolomeu como um grande espaço verde sobrevivente. A área encontra-se inserida em sua totalidade na BTS, e os bairros de São João do Cabrito e Lobato são recortados pela Enseada dos Cabritos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa desenvolvida sobre a pesca com bomba, buscou pela historiografia do fenômeno para diagnosticar suas conseqüências ambientais no Subúrbio continental. Os levantamentos das informações foram realizados a partir do ano de 2000 até setembro de 2008, sendo analisados as notícias da imprensa escrita e meio digital. As reportagens, dos jornais CORREIO DA BAHIA, A TARDE e TRIBUNA DA BAHIA abordavam: denúncias da comunidade, aspectos policiais com enfoque criminalístico e também matérias sobre a preservação da natureza contra a pesca com bomba, totalizando 52 notícias, sendo nove com vítimas e 43 sem vítimas. Diversos sites que discutem a

questão ambiental de forma crítica e com responsabilidade, foram acessados contribuindo para a pesquisa, como: o AMBIENTE BRASIL, CANTO ECOLÓGICO, dentre outros.

Quanto à bibliografia foram consultados artigos, monografias e livros sobre o tema; cuja oferta é relativamente pequena se comparado ao tempo que a pesca com bomba ocorre no país; a pesca ilegal é praticada no país desde o período Colonial.

Sobre a área de estudo - o Subúrbio Ferroviário - utilizaram-se livros, sites e outros documentos buscando a história de ocupação e a caracterização da área.

Como atividade de campo, foram visitados entidades e órgãos públicos: Administração Regional; Companhia de Polícia Militar de Proteção Ambiental (COPPA), Departamento de Polícia Técnica, Instituto do Meio Ambiente, no período de nove meses (fevereiro a outubro - 2008). A visita à Administração Regional (AR) XVII¹, serviu para confirmar os dados obtidos nos livros e sites, e também auxiliou na construção de um conhecimento maior sobre os serviços oferecidos à população que vive no Subúrbio.

A observação direta do fenômeno, a partir de visitas a Colônia de Pescadores Z2² e a Associação de Pescadores e Marisqueiras do Subúrbio Ferroviário (APRESS) permitiu obter informações que não estão nos livros, mas que só podem ser coletadas ou verificadas a partir da convivência com a comunidade.

Na Colônia de Pescadores, foram aplicados 50 questionários, aproximadamente 1,75% do total de 2.850 associados; estes contemplaram questões referentes a: (i) faixa etária; (ii) nível de escolaridade; (iii) renda (trabalho principal, renda mensal); (iv) local de residência; atividade pesqueira ((v) embarcação utilizada; (vi) técnica para pesca); (vii) local onde pratica a pesca; (viii) finalidade do peixe pescado; (ix) frequência da pescaria; (x) relação com a pesca com bomba. Esperava-se obter a resposta de todos os questionários entregues, porém, foram devolvidos apenas dez, que correspondem a 20% do total da amostra. A redução dos questionários respondidos pela população pesqueira representa a desconfiança/insegurança em abordar fatos sobre a pesca com bomba na comunidade.

Foram feitas também entrevistas a pescadores e a moradores da área em estudo, para obter um conhecimento maior sobre a realidade do espaço estudado.

A base cartográfica utilizada para a delimitação da área de estudo, integra a base cartográfica digital do município de Salvador, disponível no site da Secretaria de Planejamento do Município. A escala utilizada é de 1:15.000, onde se inserem os bairros de Itacaranha e uma parte do bairro do Lobato. Os critérios para a delimitação da área de estudo foram: área de abrangência da Colônia de Pescadores Z2, as localidades e praias do Subúrbio que possuíssem mais registros de pesca com bomba e maior número de pescadores.

¹ Órgão vinculado à prefeitura municipal responsável pelo Subúrbio Ferroviário de Salvador, do bairro de São Bartolomeu à São Tomé de Paripe.

² Colônia de Pesca que atua na área que abrange desde a Rampa do Mercado Modelo, no Comércio ao bairro de Plataforma, e ainda o distrito de Mapele, pertencente ao município de Simões Filho.

Durante a pesquisa de campo, percebeu-se uma resistência por parte da Colônia de Pescadores com relação à aproximação com os associados, dificultando o contato do pesquisador com os pescadores; desta maneira, o presidente da colônia e sua secretária foram os responsáveis por distribuírem os questionários à população pesqueira associada à Colônia, que demandou cerca de dois meses para serem devolvidos ao pesquisador.

DIFICULDADES ENCONTRADAS

A caminhada acadêmica às vezes não é tão fácil quanto se pensa. Em muitas ocasiões, são encontradas dificuldades que não permitem que a pesquisa alcance os objetivos desejados. Durante a referida pesquisa, assim como em outras, apresentaram algumas situações delicadas. Planejava-se no início da pesquisa, obter informações pertinentes ao tema em diversos órgãos/entidades.

As coordenações de Biologia e Meio Ambiente do Departamento de Polícia Técnica (DPT) do Estado da Bahia, foram contactados assim como o Instituto Médico Legal (IML) buscando informações sobre acidentes/mortes com a pesca com bomba ocorridas no estado. Infelizmente, em nenhum dos setores procurados, havia registros sobre ocorrências da atividade da pesca com bomba.

Na coordenação de Meio Ambiente do Ministério Público, não se conseguiu encontrar uma pessoa que pudessem fornecer informações. A AR XVII, foi procurada com a intenção de obter dados sobre a população do Subúrbio Ferroviário (renda, etnia, etc.); no entanto, foram fornecidos somente dados sobre os serviços prestados à população.

A COPPA (Companhia de Polícia de Proteção Ambiental) foi contactada a fim de obter informações sobre os acidentes com explosivos provocados pela pesca ilegal. O Tenente responsável pelo setor prometeu enviar as informações, mas infelizmente não o fez. As mesmas informações foram solicitadas ao Instituto do Meio Ambiente, outro órgão responsável pela fiscalização da pesca, no entanto, os técnicos disseram que não há arquivos desses registros em meio digital, ficando dificultoso realizar a pesquisa no arquivo morto da entidade.

Na APRESS, o obstáculo encontrado foi decorrente do reduzido número de pescadores associados presentes às reuniões. Este fato dificultou a comunicação entre os pescadores, impossibilitando o preenchimento dos questionários.

Durante a pesquisa, o maior obstáculo encontrado foi o receio das pessoas em falarem sobre a pesca com bomba na área em estudo. A falta dessa comunicação com a população, inibiu a observação direta do fenômeno, ou seja, o que a população entende sobre a pesca.

PESCA COM BOMBA, UMA QUESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL

A PESCA COM BOMBA: SUA HISTÓRIA

A pesca ilegal é uma prática difundida atualmente em todo o país, foi introduzida na época da colonização e somente a partir da última década passou a ter uma abordagem diferenciada. É um problema de caráter criminal, mas, sobretudo socio-ambiental (QUEIROZ, 2001).

Até o início do século passado, devido aos grandes cardumes e elevada produtividade das espécies, eram coletadas diversas toneladas de peixes. Atualmente, o que mudou foi a quantidade de peixes; a técnica da pesca com explosivos, rapidamente se espalhou pelas demais regiões pesqueiras do país, acentuando as preocupações da sociedade e da preservação da biodiversidade marinha. Em todo o território brasileiro, a capital baiana e a região da BTS são onde mais ocorrem esse tipo de pesca (RAMOS, 2006:22).

O primeiro relato de acidente com bomba mutilando pescador, aconteceu em 1953 na Ilha de Maré. A partir da década de 1980 a imprensa falada e escrita começa a divulgar acidentes, perigos e prejuízos da pesca com bombas (LIMA, 2004: 4); até os dias atuais.

A pesca com bomba é uma das principais ameaças ao ecossistema da Baía de Todos os Santos (BTS). A utilização das bombas mata os alevinos (filhotes de peixes) e prejudicam a flora e a fauna marinha, assim como os corais e locas submarinas, habitat de outras espécies de peixes e crustáceos. As bombas também causam danos às estruturas dos monumentos que contém história para todo o mundo, como as igrejas e fortes, na Cidade Baixa, o Abrigo Dom Pedro II e o Solar do Unhão, na Avenida Contorno e ainda também as residências que margeiam a costa da BTS (COSTA, 2008). A produção de peixes e outros “frutos do mar” na BTS, segundo populares está se reduzindo com o passar dos anos, consequência da pesca ilegal, pois cada peixe morto corresponde à morte de centenas de alevinos (forma embrionária dos peixes) (CARVALHO, 2001).

A Lei Federal nº 9605/98 prevê pena de um a cinco anos de reclusão para quem for flagrado pescando mediante a utilização de explosivos ou substância que seja similar. Além disso, esse tipo de crime é inafiançável. A Lei Federal nº 7679/98, Art. 1, Inciso IV, alínea *a* diz que: “Fica proibido pescar com explosivos ou de substâncias que, em contato com a água, produzam efeito semelhante”.

O Inciso III, do Art. 34 da Lei nº 9605/98, diz que não só a pesca, mas também “transportar, comercializar, beneficiar ou industrializar espécies provenientes da coleta, apanhe e pescas proibidas” é crime.

A Constituição do Estado da Bahia, no seu Capítulo IV, da política pesqueira, Art. 197, trata de forma universal a pesca com bomba, sem definição de suas modalidades. O Código Municipal do Meio Ambiente, Art. 171, prevê ações contra a pesca com bomba e similares.

No que concerne apenas ao explosivo, o Decreto 1.246-36, aprovado pela Portaria Ministerial nº 478 de 19 de setembro de 1994, regulamenta a fiscalização de artigos controlados pelo Exército brasileiro. É apresentada uma lista de explosivos, e de outras substâncias químicas que quando misturadas, provocam explosão. A fiscalização desses produtos em cada estado é responsável

pela Polícia Civil, a sua comercialização e utilização são permitidas somente por empresas públicas ou particulares e pessoas físicas devidamente registradas e licenciadas pelo Exército; portanto necessita-se de uma eficaz fiscalização desses explosivos pela Polícia (RAMOS, 2006:22).

As leis ambientais brasileiras prevêm multa, indenização às pessoas prejudicadas e recomposição de tudo o que foi danificado por aqueles que provocarem danos ao meio ambiente. Contudo, nada disso é cumprido pela dificuldade de se calcular os valores a serem pagos. Para resolver esse problema, segundo o CORREIO DA BAHIA (2008), economistas de todo o mundo estão desenvolvendo métodos de cálculo que deverão servir também como precaução, pois todos pensarão duas vezes antes de provocar danos, sabendo antecipadamente a quantia a ser desembolsada. Além de critérios econômicos, os métodos de cálculo devem estar embasados na sustentabilidade biológica e ecológica, tendo como principal referência a defesa do capital natural.

A multa paga nos casos de pesca com explosivos varia de R\$ 700,00 a R\$ 100.000,00, com acréscimo de R\$ 10,00 por peixe abatido. Os pescadores da área de estudo, pagam valores geralmente entre R\$ 1.500 a R\$ 3.000,00, segundo o pescador André³.

Em Salvador, os responsáveis pela fiscalização da pesca ilegal são o Centro de Recursos Ambientais (CRA), atual Instituto do Meio Ambiente (IMA) e a Companhia de Polícia de Proteção Ambiental (Coppa).

Nos anos entre 2000 e 2008, segundo os jornais pesquisados, ocorreram cerca de 62 apreensões de indivíduos que pescavam com bomba.

Transmitida de geração para geração, a pesca com bomba é uma tradição e um negócio familiar, onde toda uma família (pais, filhos e netos), trabalham juntos, ensinando uns aos outros em busca do sustento da família. Segundo Ramos (2006: 21), “As bombas estão arraigadas, historicamente, no cotidiano de famílias inteiras”. Dessa forma, a prática da pesca com bomba, acaba se tornando um elemento cultural na vida desses pescadores; acrescentado à falta de oportunidades de emprego, baixo nível educacional e baixa qualidade de vida.

Entretanto, segundo Ramos (2006: 22), em muitos casos a pesca com bomba deixa de ser uma prática do pequeno pescador, em busca do sustento da sua família e passa a ser a técnica utilizada por “pescadores clandestinos ou até criminosos de alta periculosidade, que também praticam outras ilegalidades (furto, roubo, tráfico de drogas etc.); pertencem a diversas classes sociais, sobretudo C, D e E; e têm faixa etária abrangente, sem restrições de idade”. Assim, para Ramos (2006: 23-38) esses pescadores se reúnem em grupos bem organizados e estruturados seguindo uma hierarquia, onde cada indivíduo exerce uma função:

- Um responsável por fazer denúncias falsas, tirando o foco da área em que bombardearão as águas;

³ O nome do entrevistado teve sua identificação original alterada, para que a sua integridade física fosse preservada, por solicitação do entrevistado.

- O proeiro, que observa a movimentação de embarcações estranhas;
- O bombista, que manuseia o artefato;
- O remador, que também mergulha para identificar e catar o pescado, que é chamado ainda de corsário;
- O corsário, ainda, é aquele que recolhe a sobra da pescaria para venda, consumo próprio ou barganha, nem sempre aguardando a equipe sair do local;
- Em diversos casos são utilizadas crianças para mergulharem e buscarem os peixes mortos;
- E em caso excepcionais são contratados bombistas profissionais, para manusearem as bombas com uma maior experiência.

Dessa forma, pode-se observar que a pesca com bomba têm dois lados distintos: o do pescador pequeno, que utiliza a bomba para conseguir pescado para consumo próprio e conseguir dinheiro para o sustento de sua família; e dos grupos organizados, os quais possuem até um “contrato” de fidelidade que diz: o que estiver dentro do perímetro do buraco causado pela detonação é do bombista e de seus colegas de trabalho, o resto pode ser recolhido depois pelos corsários “independentes”.

Preparação das bombas

As bombas utilizadas para pesca são a dinamite gelatinosa e a pólvora negra, ambos de alta periculosidade, tipificados como explosivos químicos. Estes artefatos são, geralmente, feitos de forma artesanal e rudimentar, fabricadas pelos próprios pescadores, muitas vezes reaproveitando a pólvora de bombas juninas. As substâncias são colocadas em um recipiente preparado, em forma semelhante a um pequeno botijão de gás, bem atado com cordão e o pavio é encaixado no movimento de jogá-la. A mistura é feita de carvão, salitre, enxofre, entre outros, os quais oferecem ao bombista maior risco de acidentes. Existem também as chamadas bombas de fundo, que contêm uma mistura de clorato de potássio com enxofre, salitre e carvão; e de dinamite gelatinosa com espoleta pirotécnica; usadas por “bombistas” mais profissionais (RAMOS, 2006:28).

A pólvora e a dinamites oriundas das pedreiras e também de minas de esmeralda do norte do estado, são contrabandeadas para os pescadores. Cada banana de dinamite pode ser dividida em cinco pedaços, mas se o local for muito profundo, o bombista divide em apenas ao meio. Para meio quilo de dinamite, a bomba atinge cerca de 25 metros de profundidade (CLAY, 2004).

Assim, apesar de não investirem em tecnologia avançada na fabricação das bombas, estas feitas em casas possuem uma forte capacidade de destruição. A detonação pode matar de uma vez mais de 400kg de peixe (QUEIROZ, 2001a). As bombas podem atingir um raio de cerca de 300 ou até 400 m do local onde explodiram. Em média são usadas seis unidades de bombas por pescaria, pesando cada unidade, cerca de 350g (trezentos e cinquenta gramas). A foto 02, a seguir mostra as bombas utilizadas em uma pescaria e os peixes abatidos nesta atividade.



Foto 02: Peixes mortos pela pesca ilegal e as bombas utilizadas na pescaria.
Fonte: CANTO ECOLÓGICO, 2008.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A idéia da pesca explosiva no Brasil, tem seus primeiros registros datados no século XIX. Nos 50 km de litoral de Salvador, as águas do Subúrbio são caracterizadas como de águas de interiores (baía), águas mais calmas, chamadas popularmente de “maré morta”; diferente da zona entre as praias de Rio Vermelho e Itapuã, que é de mar aberto com ondas. Em áreas de mar aberto, as condições naturais dificultam a visibilidade dos cardumes, a estabilidade da embarcação e o mergulho até o fundo para a captura dos peixes abatidos.

As localidades e praias do Subúrbio em que mais ocorrem a pesca com bomba são: Lobato, Plataforma, São João do Cabrito, Escada, Periperi, Coutos, Paripe e São Tomé de Paripe.

Os pescadores buscam na pesca com bomba, o meio mais rápido de se conseguir o pescado em grande quantidade, para poder vendê-lo e obter dinheiro para manter a sobrevivência da sua família; afirmação que pode ser comprovada através dos questionários. Sabemos que os pescadores são vítimas do descaso, da desigualdade social, do desemprego, da infância órfã ou ainda, da tradição de uma família carente de orientações e educação quanto eles.

A utilização da bomba para a pesca, compromete a recomposição do ecossistema. Além de matar os animais (mamíferos, peixes, crustáceos, corais, etc) e os vegetais indiscriminadamente, a bomba dificulta a recuperação da fauna e da flora marinha.

O choque da bomba na água, além de provocar danos ao ecossistema marinho, atinge os banhistas, mergulhadores, praticantes de pesca submarina, aluno de curso de mergulho e ainda os próprios pescadores. Basta considerar que um banhista que estiver perto a aproximadamente uns 45 metros, corre o risco de estourar os tímpanos e até os testículos; e ainda também pode provocar a surdez, cegueira, mutilações e até a morte. Nas áreas de marinas e estaleiros, onde profissionais desta área costumam mergulhar para limpar o casco das embarcações, soltar ou prender amarras no fundo do mar há risco de acidente. No final de 2005, um rapaz foi morto quando mergulhava nas imediações de

um barco onde os tripulantes pescavam com bomba; este teve morte imediata, causada pelo rompimento dos órgãos internos (INFORME SERGIPE, 2008). Esse é um dos casos, em que as pessoas nem estão participando da pesca com bomba, mas mesmo assim correm o risco de serem atingidas pela explosão. Em pesquisa a partir de notícias de jornais entre 2000 e 2008, ocorreram três acidentes e quatro mortes a partir da prática da pesca ilegal no mar próximo ao Subúrbio Ferroviário. A foto 03 a seguir mostra um pescador que teve o braço direito mutilado pela pesca com bomba.



Foto 03: Pescador mutilado pela prática da pesca com bomba.
Fonte: IMA, 2008.

Outros acidentes ocorridos, dessa vez na área em estudo, foram o que aconteceu na praia de Plataforma no dia 22 de maio de 2005, onde um “corsário” teve queimaduras no rosto quando mergulhava (TRIBUNA DA BAHIA, 2005). Outro acidente ocorrido, foi a morte de um pescador de 31 anos, que quando aticava a dinamite ao mar, o artefato explodiu mutilando os membros superiores e dilacerando a cabeça, no ano de 2006 (VELLOSO, 2008).

As explosões vêm comprometendo inclusive a estrutura das fundações das construções localizadas ao entorno das águas da área em estudo. Há danos também nas instalações marinas como cabos telefônicos e elétricos, sinalização náutica, poços e tubulações petrolíferas, etc. Nas áreas de estaleiros, marinas e atracadouros, os barcos atracados podem ter seus cascos rachados e o desprendimento do calafeto⁴, prejuízo que pode variar de R\$ 200, 00 a R\$ 1.500,00, variando de acordo com o tamanho da embarcação (RAMOS, 2006: 40) onde muito profissionais desta área geralmente costumam pescar. Em entrevista com pescador André, este diz que: “Em algumas casas quando ocorre a explosão da bomba na água, parece que vai cair tudo dentro de casa”. Segundo o pescador e também morador do bairro do São João do Cabrito, Roque Copque, existem muitas casas rachadas devido ao impacto das explosões. Nesse caso, os donos dos imóveis não podem reclamar,

⁴ Nome dado à substância com que se faz a vedação da embarcação, antigamente usava-se estopa, depois estopa alcatroada, nos dias de hoje utiliza-se fio de algodão torcido em 2 ou 3 fiadas, ou ainda, betume. (BARCOS DO NORTE, 2008)

pois temem com as ameaças dos bombistas. A ponte férrea São João (Foto 04), que liga os bairros de Plataforma e Lobato, está com a estrutura abalada devido ao choque das detonações.



Foto 04: Ponte Férrea São João e em segundo plano as tratadeiras de peixe no Ponto das Sardinhas – Salvador. Fonte: Silva, (2008)

Um dos motivos que justificam o uso da bomba na pescaria, é o menor esforço. Se os pescadores podem ter um maior número de peixes com um pequeno empenho e custo, por que eles gastariam com combustível para embarcação, iscas?? É dessa forma, que alguns pescadores pensam, e acabam se tornando “bombistas”, praticando a pesca criminosa contribuindo para a alterar a biodiversidade do meio ambiente. Segundo André, este revelou que o tempo de uma pesca com bomba pode durar entre 30 minutos e uma hora, enquanto o tempo de pescaria usando outra técnica pode levar de cinco a sete horas. A justificativa que o uso da bomba na pesca fosse o menor esforço, foi confirmada pelo pescador; este disse: “Eles pensam da seguinte forma, porque eles vão levar tanto tempo no mar, se em meia hora eles podem conseguir um ‘bocado’ de peixes?!”

A pólvora e a dinamite, do tipo C-4, utilizadas na fabricação das bombas é vendida na Feira de São Joaquim – principal feira livre da capital baiana – onde os vendedores recebem o material explosivo que vêm das pedreiras e repassam para os bombistas. O preço médio de cada bastão de dinamite é de 40 reais. Faz-se necessário que o Exército, intensifique a fiscalização do transporte dos explosivos, pois segundo o pescador, o desvio dos produtos ocorre geralmente nas estradas durante o transporte.

As pescarias ocorrem no amanhecer do dia, por volta das 05 às 06 horas da manhã e quando a maré está enchendo; o período do ano em que mais ocorre a pesca é a Semana Santa. As principais espécies atingidas são a tainha (*Mugil curema*) e a sardinha (*Sardinella brasiliensis*), pois segundo André, são os peixes mais “curiosos”, quando ocorre a explosão, eles vão de encontro à bomba.

O peixe obtido às vezes nem chega a sair da areia da praia, sendo vendido ali mesmo. Em outros casos, o peixe é revendido, sendo comercializado nas ruas dos bairros próximos ao espaço onde ocorreu a pesca, no Porto das Sardinhas em São João do Cabrito, em feiras locais e na feira de

São Joaquim. No Porto das Sardinhas, a circulação de pessoas por volta das 06 às 08 horas da manhã é intensa; segundo a APRESS, em tempos de “boa pescaria”, esse espaço chega a concentrar mais de 200 pessoas entre pescadores, compradores e tratadeiras.

O pescado não serve somente para a venda e consumo próprio, mas também para a permuta. Como o montante de pescado pode atingir a dezenas ou até centenas de quilos, o pescador pode trocar um balde de peixe por alimentos (farinha, feijão, arroz, etc.), bebidas, serviços de pedreiro, marcenaria, entre outros.

Conforme Ramos (2006:28), o peixe adquirido através do uso de apetrechos explosivos não é adotado como critério de escolha pelos consumidores comuns, que, na hora de escolher a mercadoria, só avaliam se o pescado está fresco.

Entretanto, existem alguns sinais que permitem identificar a utilização da bomba na pescaria, como a parte superior da cabeça chamuscada, a ruptura da espinha dorsal, a hemorragia interna decorrente de lesões nos tecidos de órgãos e vasos sanguíneos, o rompimento da bexiga natatória - responsável pela flutuação dos peixes que a possuem – e o desprendimento das vísceras, que se esparramam quando o produto é cortado para tratar e temperar.

Apesar do dano físico, o peixe capturado com bomba não apresenta riscos à saúde do consumidor, o que pode gerar uma certa indiferença ou acomodação da população em relação a pesca ilegal. No entanto, os danos são ambientais.

Segundo o técnico José Freitas da Coordenação de Fiscalização e Ações Emergenciais do Instituto de Meio Ambiente (IMA), responsável pela fiscalização da prática da pesca com bomba na Bahia. A fiscalização No Subúrbio, é dificultada pela profundidade das águas da Enseada do Cabrito que não permite que a lancha do IMA tenha acesso e também por não ter um local para o pouso do helicóptero. A área, é uma das que mais recebem denúncias da população, além das localidades da Ilha de Itaparica. O órgão não possui estatísticas sobre o número de denúncias recebidas, entretanto a partir das pesquisas nos jornais; pode-se aferir que o IMA recebeu no ano de 2003, 83 denúncias sobre a pesca com bomba na BTS.

Segundo Roque Copque, no período antes das eleições houve uma fiscalização intensificada na área, contando com helicópteros, carros e lanchas; no entanto, após o pleito eleitoral não houve mais nenhuma fiscalização até o dia 14 de outubro; ocorrendo a prática da pesca com bomba no dia anterior. Copque demonstra saber que o número de lanchas do IMA é reduzido para atender toda BTS, mas diz que o Estado poderia incentivar mais a fiscalização da pesca na área.

Ainda, segundo o IMA, os bombistas reincidentes tentam se esconder da fiscalização usando roupas de mangas longas e capuz. No entanto, essa tática de camuflagem, acaba chamando mais a atenção da fiscalização. Os bombistas possuem vigias para avisar quando a fiscalização está nas proximidades, e o tempo para catar o pescado e abandonar o local após a pesca, não pode ultrapassar 20 minutos. Dessa forma, um dos grandes desafios de se fiscalizar a pesca com bomba, é pegar os

bombistas em flagrante, quando os técnicos chegam ao local os bombistas já foram avisados sobre a presença da fiscalização e fogem, geralmente levando as bombas. Segundo o técnico, os fiscais começam a trabalhar na madrugada ou saem assim que recebem uma denúncia, ficando em serviço sem dormir e até sem comer; sendo também ameaçados constantemente pelos bombistas.

A Operação Carapeba lançada em 2003, que reúne as Polícias Federal e Militar da Bahia (COPPA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA/BA), o Centro de Recursos Ambientais (atual, Instituto de Meio Ambiente - IMA) e o Exército (6ª Região Militar), têm como objetivo combater a pesca predatória com uso de explosivos na BTS. Segundo Freitas, dados colhidos junto ao núcleo de fiscalização do Ibama na Bahia, até o mês de setembro de 2008 já somam oito prisões de bombistas efetuadas em flagrante na região da Baía de Todos os Santos e seu entorno, pela operação.

Segundo o técnico, essa operação está executando um programa de Educação Ambiental nas áreas com maior incidência da pesca ilegal, e uma dessas áreas é o Subúrbio Ferroviário. O trabalho de conscientização ressalta a importância de proteger o ambiente marinho das práticas predatórias está sendo feito junto às colônias de pescadores, as famílias e escolas da comunidade; esse trabalho na área de estudo está sendo realizado conjuntamente com a Colônia de Pescadores Z2.

O resultado do programa de Educação Ambiental é avaliado a partir do momento que as crianças começaram a repreender seus pais em casa. Dessa forma, a tendência é que, através dessa disseminação de informações contra a pesca com bomba, a prática desta diminua consideravelmente. Diminuindo a pesca com bomba, estaria reduzindo conseqüentemente os acidentes; como os citados anteriormente.

O pescador Copque, revela uma profunda indignação ao falar da pesca ilegal; “Sou pescador há mais de 20 anos, já usei quase todos os tipos de pesca, todos os tipos de linha, mas nunca usei a bomba; pois tenho a consciência do estrago que a bomba faz. Tem muita gente mutilada aqui no bairro por causa da bomba”. É tal pensamento, que a sociedade espera que todos os pescadores possuam em benefício da preservação do meio ambiente marinho.

ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Na análise dos questionários quanto à *idade dos pescadores*, 30 % dos entrevistados têm entre 20 e 30 anos de idade, 20% entre 30 e 40 anos, 30% entre 40 e 50 anos, 20% entre 50 e 60 anos, não houve respostas referentes à faixa etária entre 18 e 20 anos, e acima de 60 anos. Quanto à *Escolaridade* dos pescadores, (80%) do total pesquisado possui o ensino médio incompleto, e apenas 20 % concluíram o ensino médio. Não houve respostas nas alternativas: Alfabetizado; Não-Alfabetizado e Ensino Fundamental. Entretanto, em entrevista com o presidente da Colônia de Pescadores Z2, o senhor Carlos Alberto de Oliveira Pereira, admitiu que cerca de cinco associados

entre os 2.850 do total são analfabetos; segundo ele, com o passar dos anos os pescadores estão se preocupando mais em estudar, em se especializarem.

Todos os pescadores entrevistados (100%) admitiram que a pesca é a sua atividade principal, não exercendo outra atividade além de pescar. A renda dos pesquisados é obtida somente com a pesca, não sendo registrado nenhuma outra fonte de renda como aposentadoria, bolsa família, e outros tipos de benefícios. Quanto à renda, 60% dos pescadores recebem menos de um salário mínimo e 40% recebem de um a dois salários; as outras alternativas não houve respostas .

Do total dos pescadores pesquisados 90% são moradores do Subúrbio Ferroviário e trabalham na região do entorno do mar do Subúrbio Ferroviário e, eventualmente se dirigem para pescar além do Subúrbio em outros bairros como em Itapuã, Barra e Rio Vermelho. A embarcação utilizada para pescar pelos pescadores é arrendada ou alugada correspondendo a 30%, enquanto 60% não possuem embarcação. Apenas 10% dos pescadores têm embarcação própria o que acarreta custo para o pescador com o aluguel.

O investimento em uma pescaria é bastante variado, dependendo de fatores como: tipo da pescaria e da embarcação, tripulação, tempo de permanência no mar, capacidade de armazenamento do pescado, local de pesca, aluguel ou manutenção de embarcação, combustível e compra de iscas. Estes utensílios para pesca podem determinar um custo diferenciado entre os pescadores. Segundo a análise dos questionários, o pescador pode gastar em uma pescaria valores entre R\$20,00 (menor valor citado) e R\$ 200,00; 50% dos entrevistados gastam até R\$ 50,00 (Figura 03). Segundo, o presidente da Colônia de Pescadores Z2, os valores podem atingir até R\$ 380,00.



Figura 03: Custo da pescaria – 2008

Subúrbio Ferroviário de Salvador – Bahia

Fonte: Pesquisa direta – Colônia de Pescadores Z2

Elaboração: Silva, 2008.

As técnicas utilizadas na pescaria são as mais diversas, como: rede, anzol/linha, manzuá⁵, tarrafa⁶ e ainda outras técnicas como extração de mariscos. A figura 05, representa quais são as mais usadas pelos pescadores, não havendo nenhum registro do uso de bomba entre os entrevistados.

⁵ Armadilha feita de palha na qual os peixes e os crustáceos entram e não conseguem sair. (AMBIENTE BRASIL, 2008)

⁶ Rede de pesca circular, de malha fina, com pesos na periferia e um cabo fino no centro, pelo qual é puxada. (WIKIPÉDIA, 2008)

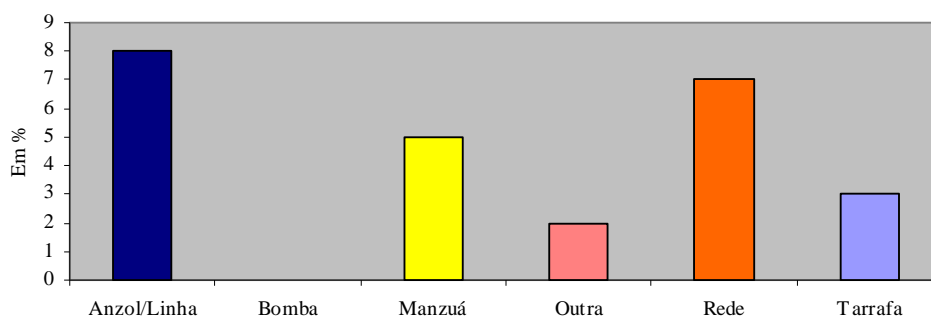


Figura 05: Técnica utilizada na pesca – 2008

Subúrbio Ferroviário de Salvador – Bahia

Fonte: Pesquisa direta – Colônia de Pescadores Z2

Elaboração: Silva, 2008.

A questão mais importante da pesquisa, que se refere a pesca com bomba, infelizmente não foi respondida como se esperava. Em 100% dos questionários, responderam *não conhecem ninguém que utiliza ou já utilizou a bomba ou que já foi morto ou mutilado*. Percebeu-se que ocorreu uma indução ao responderem o questionário, pois em uma das alternativas que se referia a bomba existia uma rasura. Este fato, mostra que pode ter havido incerteza, durante o preenchimento dos questionários, o receio da população pesqueira em tratar sobre o tema, por ser uma atividade de alto risco e ilegal, estando portanto sujeito a apreensões.

As espécies de pescados mais procuradas pelos pescadores são: sardinha (*Sardinella brasiliensis*), guaricema (*Caranx latus*), tainha (*Mugil curema*), agulhinha (*Hyporhamphus roberti*) e outras como: vermelho (*Lutjanus vivanus*), cavala (*Scomberomorus cavalla*), bicuda (*Boulengerella spp.*), arraia (*Dasyatis say*) e carapeba (*Eugerres brasilianus*).

O peixe obtido na pesca serve tanto para o consumo próprio quanto para venda, que ocorre geralmente no Porto das Sardinhas no São João do Cabrito, na Feira de São Joaquim ou na Avenida Oscar Pontes.

De acordo com os pesquisadores entrevistados, 60% dos pescadores vão ao mar todos os dias da semana; 10% de 2 a 3 vezes na semana e 30% quinzenalmente. A variação da frequência em realizar a pesca depende basicamente do custo operacional da pesca por dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesca com bomba uma prática ilegal e destrutiva ao meio ambiente e a comunidade, mas ainda precisa ser combatida com maior eficiência. Muito ainda precisa ser feito para que a pesca ilegal seja dizimada das águas da BTS, como:

- Controle, fiscalização e comércio dos explosivos para as pedreiras. Fiscalização dos pontos onde ocorre o tráfico desses explosivos;
- Intensificação da ação dos programas de Educação Ambiental para a população ribeirinha;

- Apresentar alternativas de sobrevivência como aulas de conservação do pescado e vender os produtos com uma margem maior de lucro; incentivo para utilização das outras técnicas de pesca.

Durante a referida pesquisa, se percebeu que a pesca com bomba trata-se de um problema que transpassa a esfera ambiental e acaba atingindo também a esfera sócio-ambiental. Muitas dificuldades foram encontradas, como a falta de acesso às informações de órgãos, carência de documentos sobre acidentes com bomba. No entanto, a pior das dificuldades foi o silêncio das pessoas com medo da coação dos bombistas.

Os obstáculos encontrados fizeram com que os objetivos de pesquisa não fossem contemplados em sua totalidade. O número reduzido de entrevistados não permitiu um maior aprofundamento no universo em que a pesca com bomba está inserido.

Desta maneira, a pesquisa revelou a ocorrência de acidentes entre 2000 e 2008 decorrentes da pesca com bomba, e que a população evita falar sobre esta pesca ilegal, com temor da coibição dos bombistas. Vale salientar, que todos, devem buscar a preservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

AMBIENTE BRASIL. Disponível em <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./educacao/index.php3&conteudo=./glossario/p.html>>. Acesso em 04 de setembro de 2008.

_____. Disponível em <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/noticia/?id=18210>>. Acesso em 16 de setembro de 2008.

CANTO ECOLÓGICO. Disponível em: <<http://www.cantoecologicopt.blogspot.com/>> . Acesso em 04 de abril de 2008

CARVALHO, Tatiany. **Ecologia / Operação limpeza: CRA desenvolve programa para recuperação da Baía de Todos os Santos**. Correio da Bahia: 03 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.correiodabahia.com.br/aquisalvador/noticia_impressao.asp?codigo=45>. Acesso em 06 de maio de 2008.

CLAY, Vinicius. **Cresce pesca com bomba na Semana Santa**. Correio da Bahia: 09 de abril de 2004. Disponível em <http://www.correiodabahia.com.br/aquisalvador/noticia_impressao.asp?codigo=28034>

CORREIO DA BAHIA. **CRA prende mais três pessoas pescando com bomba na Baía: Lei prevê pena de reclusão para quem for flagrado com explosivos**. Disponível em <http://www.correiodabahia.com.br/aquisalvador/noticia_impressao.asp?codigo=5146>. Acesso em 30 de setembro de 2008

COSTA, Fábio. **Crime no mar :Agentes da Polícia Civil e fiscais do CRA prendem dois homens que pescavam com bomba na praia de Boa Viagem**. Correio da Bahia, 07 de março de 2008. Disponível em: <http://www.correiodabahia.com.br/aquisalvador/noticia_impressao.asp?codigo=149058> .

FREITAS, Daniel. **Meio ambiente / estado de alerta: Agentes do Centro de Recursos Ambientais darão plantão durante feriado para coibir danos causados à natureza**. Disponível em <

http://www.correiodabahia.com.br/aquisalvador/noticia_impressao.asp?codigo=21729 > Acesso em 16 de agosto de 2008.

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS. Disponível em <http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-area.php?cod_area=6>. Acesso em 15 de setembro de 2007.

_____. Disponível em <http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=6&cod_polo=101> Acesso em 30 de setembro de 2008

_____. Disponível em <http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-area.php?cod_area=6>. Acesso em 30 de setembro de 2008

INFORME SERGIPE. Disponível em <<http://www.informesergipe.com.br/pagina.php?sec=11&rec12054>> Acesso em 03 de março de 2008

LEI 7679/98. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7679.htm>. Acesso em 05 de março de 2008

LEI 9605/98. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm>. Acesso em 05 de março de 2008

LIMA, Maria Conceição dos Santos. **A pesca predatória com explosivo na Baía de Todos os Santos**. Salvador: Marinha do Brasil, 2004, 9p.

OLIVEIRA, Arlene Lula Moreira de. **Pesca predatória com uso de explosivos na Baía de Todos os Santos**. Salvador: UFBA. 1996 (Monografia - Bacharelado em Ciências Biológicas).

_____. **Combate à pesca com explosivos na Baía de Todos os Santos: ações conjuntas**. Salvador: Faculdade de Educação/UFBA, 2003. (Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Ambiental).

QUEIROZ, Everaldo Lima. **Pesca predatória com explosivos no Estado da Bahia. 1ª Avaliação numérica preliminar sobre pesca predatória com explosivos e dificuldades inerentes**. Salvador, BA, 2001.

_____. **Pesca predatória na Baía usa 40 quilos/dia de explosivos**. A Tarde, 31 de jan de 2001a. Disponível em: <http://www.atarde.com.br/materia.php3?mes=01&ano=2001&id_materia=3933> Acesso em 30 de novembro de 2007).

RAMOS, Mariana. **Agressão além do mar - Pesca com bomba, um crime social, cultural e ambiental**. Salvador: Faculdade de Comunicação e Marketing/Centro Universitário da Bahia - FIB, 2006, 77p.

TRIBUNA DA BAHIA. **Agressão ao Meio Ambiente: Pesca com bomba, um crime**. 14 de junho de 2005. Disponível em <<http://www.liderancadoptbahia.com/leia.php?id=242>> Acesso em 28 de agosto de 2008.

VELLOSO, Jorge. **Bomba explode a cabeça de pescador**. Disponível em <<http://www.jeremoabohoje.com.br/noticias/marco2006/mostramarco.asp?noticia=marco28.asp>>. Acesso em 30 de setembro de 2008

WIKIPÉDIA. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Tarrafa>> Acesso em 16 de setembro de 2008. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tarrafa>